

**UMA IDIOSSINCRASIA CRISTÃ: A IGREJA QUE CASOU  
HOMOSSEXUAIS NOS ESTADOS UNIDOS E SUAS  
REPRESENTAÇÕES NA REVISTA VEJA (1971)<sup>1</sup>**

**A CHRISTIAN IDIOSYNCRASY: THE CHURCH THAT MARRIED  
HOMOSEXUALS IN THE UNITED STATES AND ITS REPRESENTATIONS  
IN THE MAGAZINE VEJA (1971)**

**UNA IDIOSINCRASIA CRISTIANA: LA IGLESIA QUE CASÓ  
HOMOSEXUALES EN LOS ESTADOS UNIDOS Y SUS  
REPRESENTACIONES EN LA REVISTA VEJA (1971)**

**Leonardo da Silva Martinelli \***

**Resumo:** No período da ditadura civil-militar as homossexualidades conviveram com distintas formas de repressão e censura. Num universo de contracultura e organização de movimentos identitários politizados, (re)construíram-se representações sobre os homossexuais que acionaram distintos elementos para legitimá-las. O objetivo deste artigo é analisar duas reportagens da revista *Veja*, do ano de 1971, que suscitam a discussão sobre casamentos homossexuais realizados nos Estados Unidos. Metodologicamente, utiliza-se a análise de conteúdo para pensar as relações entre História e imprensa no cenário brasileiro, no qual as representações foram divulgadas. A partir desta análise, pretende-se demonstrar uma das idiosincrasias no interior do discurso cristão favorável as homossexualidades e suas inter-relações ao contexto de transformações na época.

**Palavras-chave:** Homossexualidade. Casamento. Imprensa. Ditadura civil-militar.

**Abstract:** In the period of the civil-military dictatorship homosexuals lived with different forms of repression and censorship. In a universe of counterculture and organization of politicized identity movements (re)were constructed representations on homosexuals that triggered different elements to legitimize them. The purpose of this article is to analyze two articles in *Veja* magazine, of the year 1971, that give rise to the discussion about homosexual marriages in the United States. Methodologically content analysis is used to think about the relations between History and the press in the Brazilian scenario in which the representations were divulged. From this analysis we intend to demonstrate one of the idiosyncrasies within the Christian discourse favorable to homosexuality and its interrelationships to the context of transformations at the time.

**Keywords:** Homosexuality. Marriage. Press. Civil-military dictatorship.

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF) e graduado em História pela UPF. E-mail: leonardos.martinelli@gmail.com

**Resumen:** En el período de la dictadura civil-militar las homosexualidades convivieron con distintas formas de represión y censura. En un universo de contracultura y organización de movimientos identitarios politizados, se (re)construyeron representaciones sobre los homosexuales que accionaron distintos elementos para legitimarlas. El objetivo de este artículo es analizar dos reportajes de la revista *Veja*, del año 1971, que suscitan la discusión sobre matrimonios homosexuales realizados em los Estados Unidos. Metodológicamente se utiliza el análisis de contenido para pensar las relaciones entre Historia y prensa en el escenario brasileño en que las representaciones fueron divulgadas. A partir de este análisis se pretende demostrar una de las idiosincrasias en el interior del discurso cristiano favorable a las homosexualidades y sus interrelaciones al contexto en la época.

**Palabras-clave:** Homosexualidad. Matrimonio. Prensa. Dictadura civil-militar.

### Considerações iniciais

As vivências homossexuais historicamente foram tratadas de forma bastante atenciosa por parte dos governantes e líderes espirituais. Cada contexto significou-a de distintas maneiras. No período da ditadura civil-militar brasileira houve uma intensificação do discurso de proteção à família e moralidade “ameaçadas” pelas transformações do final da década de 1960 na Europa, Estados Unidos, e sua difusão a outros territórios. Essas transformações somaram-se ao “perigo” revolucionário representado pelos comunistas para com o modelo moral e sócio produtivo capitalista naquele cenário de Guerra Fria.

Em meio a este universo foram produzidas, gestadas e difundidas inúmeras representações. Mesmo tratada como um tabu, a conjuntura propiciou questionamentos e divulgações sobre as homossexualidades.<sup>2</sup> O termo é utilizado em referência às vivências homossexuais que plurais e dinâmicas permitem distintas formas de associação, identificação e expressão de gênero<sup>3</sup>. Como parte das (re)apropriações a respeito de entendimentos e representações partilhadas destaca-se uma idiosincrasia cristã nos Estados Unidos que propiciou a criação de uma igreja que não somente acolheu, mas também casou homossexuais. A revista *Veja* – semanal de informação criada em 1968 – divulgou o tema reportando-o ao público consumidor.

O objetivo deste artigo é analisar duas reportagens na revista *Veja*, do ano de 1971, que abordam o casamento homossexual. Trata-se da edição número 136, seção “Religião”; e 158, seção “Comportamento”. Metodologicamente, utiliza-se a Análise de Conteúdo para pensar as relações entre História e imprensa no cenário brasileiro no qual as edições foram divulgadas. A partir desta análise, pretende-se demonstrar uma das idiosincrasias no interior do discurso cristão favorável as homossexualidades e suas inter-relações ao contexto amplo de transformações e representações a respeito desta sexualidade.

O texto inicia com uma breve menção da influência cristã no Ocidente, em especial no Brasil, e na constituição de uma mentalidade que construiu uma moralidade apresentada como ideal. Os afrontadores desses costumes e códigos morais foram direcionados a abjeção. Essa moralidade conservadora entra em conflito com os movimentos da contracultura no final da década de 1960 sendo analisados dentro da processualidade histórica no tópico seguinte. Nesse contexto, analisam-se os casamentos homossexuais e as reportagens nos quais são divulgados a um público leitor que traz presente esses valores dominantes oriundos de uma base cristã (não somente) que influencia as decodificações e leituras. No período em que são divulgadas essas reportagens, 1971, o aparato censor empreendido pelo governo brasileiro limitava inúmeras questões voltadas aos costumes por contrariar o ideal de família tradicional, muito em voga no discurso da época, e parte da visada “moral e os bons costumes”. Tais elementos integram um cenário maior de transformações que será analisado a partir das conjugalidades e casamentos homossexuais noticiados na revista *Veja*.

### **O legado cristão de abjeção às homossexualidades**

Antes de apresentar a análise das reportagens é necessário pontuar, em linhas gerais, alguns elementos que podem ter influenciado as leituras da revista e da realidade social pelos sujeitos a respeito dos homossexuais. A ocorrência de relações heterossexuais ao longo da história sempre tendeu a ser dominante e mais visível nas sociedades e grupos sociais. Esse fato naturalizava tal associação de modo que os que afrontassem esse sistema eram tratados como desviantes. Por essa razão, as homossexualidades eram tratadas com cautela, permitidas em determinados contextos, como para os gregos antigos ou entre os egípcios – para citar alguns povos –, mas circunscrita a determinados códigos que a normatizavam. Para explicar sua realidade os primeiros grupos sociais lançaram mão de elementos imaginários, sobrenaturais, que apresentassem entendimentos que sanassem indagações a respeito da sua gênese. Essas construções de crenças organizaram mitos fundadores, mas também dispositivos morais que regulavam as próprias atividades no seu grupo. O papel dessas compreensões místicas no desenvolvimento dos diversos grupos sociais em distintas espacialidades e temporalidades é fundamental para entender as bases que construíram representações, em especial, a respeito das questões comportamentais dos sujeitos, práticas sexuais e conjugalidades.

Essas primeiras crenças eram majoritariamente politeístas e animistas. Em ambas as homossexualidades puderam aparecer sob determinadas circunstâncias, embora cada sujeito pudesse ser tratado de maneira distinta de acordo com os entendimentos específicos de cada grupo (e contexto) social<sup>4</sup>. O surgimento do monoteísmo entre os hebreus viria a impor obstáculos às relações entre pessoas de mesmo sexo. Construiu-se uma origem para a humanidade a partir de um único Deus que teria criado o homem e a mulher. Por isso, a cópula para fins reprodutivos tornou-se decisiva nesse entendimento, portanto, retirando a possibilidade de relações que não a visassem somadas à normatividade da relação homem-mulher, designadas por essa crença como única criação divina (MOTT, 2001a). No entanto, é necessário situar tais postulados, pois foram construídos no contexto histórico daquele povo.

O cristianismo foi criado a partir dessa gênese de base monoteísta cujos fundamentos foram reunidos em seu livro sagrado – a *Bíblia*. Nesta, porém, são encontradas passagens que reprimem os homossexuais chamados de sodomitas em referência a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra. Tais leis que impuseram aquelas punições mais do que pontuar os tratamentos dados, revelam a incidência dessa relação que não visava à procriação, mas o prazer dos envolvidos; ou seja, mesmo havendo dispositivos legais que a punissem permanecia sendo praticada, naquele período e no transcorrer do tempo. Às claras esses sujeitos incorriam no pecado, crime; na invisibilidade podiam desfrutar de momentos libidinosos e carnais. Uma das formas de esses dissidentes romperem com o paradigma da heteronormatividade<sup>5</sup>.

Esta exposição inicial é necessária para compreender a influência do cristianismo na formação dos posteriores Estado-nações na Europa do período Moderno, cujos valores e entendimentos embasaram sua história e foram difundidos a seus territórios ultramarinos, como é o caso do Brasil. Neste país, tais valores chegaram de uma interpretação organizada pelo catolicismo da Igreja Católica Apostólica Romana, migrado por meio de Portugal. Pelos laços mantidos entre Estado e Igreja desde o período colonial até a proclamação da República Brasileira, esses valores tiveram total hegemonia legal. Com quase quatro séculos de vigência oficializada esses entendimentos e valores morais foram difundidos mediante essa ligação histórica. Mesmo havendo outras crenças tal moralidade foi impregnada na mentalidade dos sujeitos, tendo seus ensinamentos transmitidos às futuras gerações. Esse entendimento contribuiu para reforçar a ideia de que a heteronormatividade é universal; a forma “original” de vivência.

No entanto, houve aqueles que mesmo tratados como pecadores e/ou criminosos desfrutaram de vivências homossexuais. Por essa razão, alguns foram indiciados pelo Tribunal da Santa Inquisição, que julgava e sentenciava os culpados. Mott (2001b, 2010) pesquisou nos processos inquisitoriais e revelou os procedimentos direcionados aos sujeitos enquadrados no crime de sodomia. Nota-se que as transformações históricas oriundas do monoteísmo hebraico não demonstraram convivência para com estas sexualidades, ao contrário, ampliaram as formas de repressão: de apedrejamentos citados na *Bíblia* seguiram-se a fogueira nos autos de fé da Idade Média e Moderna. Passados mais de cem anos mudavam apenas os estigmas e tratamentos direcionados aos homossexuais, como câmaras de gás e eletrochoque no século XX; assinalavam, assim, a permanência institucionalizada da rejeição as práticas, sujeitos e vivências homossexuais.

Contudo, isso não significa que a totalidade das pessoas, fossem elas cristãs, integrantes de outras religiosidades, ou ateias (para citar alguns grupos), era partidária das atrocidades cometidas a esses sujeitos, ou que outras crenças não estigmatizaram as homossexualidades. Como já destacado, o monoteísmo reforçou a heteronormatividade, pois os sujeitos que construíram tais interpretações e gênese a fizeram com base em seu próprio grupo social, cujos elementos possivelmente já faziam parte daquele contexto como a predominância da heterossexualidade e o patriarcalismo. E ainda, as possíveis necessidades daquele cenário acarretaram normatizações específicas, logo os significados e sentidos atribuídos partiram daquele universo. Em decorrência da influência cristã no Ocidente as homossexualidades foram discriminadas. A organização de crenças religiosas a partir dessas bases direcionou e construiu interpretações singulares.

Com relação ao catolicismo imperante no Brasil a questão essencial estava nas interpretações dos textos bíblicos e das *relações de poder e saber* – como destacou Foucault (1988) – que sinalizavam e instituíram o que era normal do anormal, partindo desses postulados. Houve clérigos que partilhavam desse saber e mesmo como membros que deviam enfatizar tal discurso religioso cometeram o chamado pecado nefando (CORREIO; CORREIO, 2016; VAINFAS, 2014). Demais sujeitos também podem ser colocados nesse grupo, o que demonstra a inconformidade de um discurso que construiu idealizados tipos de família, sujeitos, relações conjugais, que jamais correspondeu à totalidade da realidade social. A pluralidade de vivências imprimiu perfis específicos que mesmo vistos eram ignorados e silenciados perante a imposição da gênese “divina”.

Mott (2001a) atribui a estes entendimentos e representações a origem da homofobia.

Nas palavras do autor:

[a] intolerância anti-homossexual tem suas raízes na tradição judaico-cristã, que desde cedo percebeu o caráter ameaçador, político e revolucionário da homossexualidade, daí transformar o sexo e amor entre pessoas do mesmo gênero em crime abominável e o mais detestável de todos os pecados (MOTT, 2001a, p. 41-42).

Em trabalho mais recente, Mott (2016) reforça esses argumentos e pontua razões para destacar que os homossexuais são os mais discriminados em nossa sociedade. Além desses fatores, deve-se considerar o esforço médico no século XIX e XX voltado ao controle do espaço conjugal no Brasil de caráter higienista e posteriormente legista, como salienta Trevisan (2000, p. 171-175). O fragmento a seguir esclarece ainda mais essa questão:

Se o padrão higiênico-burguês colaborou para extinguir os bestiais castigos do período colonial, também é verdade que cobrou seu preço, ajudando a criar um cidadão auto-reprimido, intolerante e bem-comportado, inteiramente disponível ao Estado e à Pátria. A nova ordem que a normatização higiênica instaurou utilizava o cientificismo para exercer um *controle terapêutico* que substituiu o antigo *controle religioso*. Ao se distanciar progressivamente do universo da lei (secular ou religiosa), a ideologia higienista colocava seus referenciais no terreno da norma científica. Agora, os cidadãos deviam obediência menos a Deus do que ao médico (TREVISAN, 2000, p. 175 – grifo do autor).

A partir do exposto, verifica-se o controle médico higienista da sexualidade que avança para uma análise dos homossexuais pelos médicos legistas em busca da compreensão desse comportamento investigando seu aspecto: se patológico ou intencional. A área da saúde possui um reconhecimento inteligível creditado que adquire respaldo, podendo reforçar ou contradizer entendimentos empíricos. O posicionamento oficial tomado em nome dessa área do saber classificou tal expressão da sexualidade como doentia. Deve-se atentar que esses mesmos profissionais cresceram e foram educados sob a égide da moralidade burguesa cristã. As tentativas empreendidas por esses profissionais tenderam a encontrar elementos para justificar aquela “inversão”: se partia do aspecto biológico dos sujeitos tornando-os homossexuais, ou se era sem-vergonhice.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo em que reforçaram através de seu discurso dominante a representação de anormalidade dos homossexuais – pois eram “doentes” por ser daquela maneira –, reforçavam a base heteronormativa como gênese. Em contraponto, contribuíram mesmo que sutilmente com representações que exigiam a compreensão desses sujeitos dada sua condição e não simplesmente sua rejeição.

Esses entendimentos povoam o imaginário dos sujeitos que são reproduzidos por meio de ritos, rituais religiosos ou por terem sido internalizados, podem ser observados no aspecto institucional, para além do visível cotidiano social. Entretanto, essa moralidade não

contemplou a totalidade, pois sempre houve sujeitos que afrontaram as fronteiras simbólicas e sexuais. Uma ruptura mais latente desencadeou-se no final da década de 1960.

### **A contracultura e a ditadura civil-militar brasileira**

No final dos anos de 1960 ganharam projeção movimentos de transformação nos costumes tradicionais da sociedade na Europa e Estados Unidos, em especial, que em parte expressavam o descontentamento com as opressões intensificadas a alguns grupos, bem como a rejeição aos sujeitos não alinhados à moral dominante. Os rumos da situação política internacional também foram catalisadores dessas mudanças. A moralidade reguladora passou a ser afrontada e grupos que eram vitimados na sociedade passaram a se empoderar e se rebelar reivindicando tratamentos igualitários, direitos civis, tendo como marca uma cultura hedonista que sacudiu os alicerces de bases que se pressupunham inquestionáveis e inabaláveis.

Nos Estados Unidos, essas transformações ganharam visibilidade. Os jovens lideraram essas mudanças e, conforme Júlio Assis Simões e Regina Facchini, tais desdobramentos foram embalados pela *geração beat* dos anos 1950 e *hippie* da década seguinte. Além disso, outros elementos caracterizaram esse processo. O fragmento a seguir esclarece parte deles:

Em reação ao ambiente especialmente repressivo e intolerante da sociedade norte-americana emersa dos tempos da Guerra Fria e do macarthismo, essa juventude se interessava especialmente pelo que era *outsider* e *underground*, o que incluía a valorização da música negra e do rock, das experiências com substâncias psicoativas, com a maconha e o LSD, a oposição à ação norte-americana no Vietnã e uma atitude hedonista geral de rompimento com os valores puritanos da classe média tradicional (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 44-45 – grifo dos autores).

No embalo dessas mudanças, surgiu o movimento homossexual politizado norte-americano após o episódio que é tido como marco – a Revolta de Stonewall<sup>7</sup>, em 1969. Semelhantes movimentos surgiram em outros países e contribuíram para que os homossexuais conquistassem mais espaço na sociedade, – além de prospectar uma revisão das representações generalistas que desqualificavam esses sujeitos por sua sexualidade –, pois até então eram forçados a calar-se, silenciados e com frequentes tentativas de invisibilizá-los da cena pública.

Essas transformações vinculadas à contracultura não permaneceram estáticas aos limites espaciais onde se desenvolveram. Ao contrário, foram difundidas e influenciaram outros sujeitos e grupos. Naquele mesmo contexto foi criada no Brasil, em 1968, a revista

*Veja*. Primeira de seu segmento – semanal de informação –, a revista era propriedade da Editora Abril. Em sua primeira edição o fundador Victor Civita dirigiu-se aos leitores destacando o objetivo da revista. Em parte de sua fala destacou:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA<sup>8</sup>.

O objetivo de Civita encontrou dificuldades iniciais de integração ao mercado brasileiro, como destacou Corrêa (2012), embora em alguns momentos o autor exalte o ideal de fracasso inicial e posterior sucesso. O aparato de censura à imprensa institucionalizado na época limitava que determinados temas chegassem aos leitores. Os tratamentos dados a cada periódico variaram em decorrência de diferentes fatores. A revista *Veja* esteve sob censura até 1976, conforme afirmou Almeida (2009).

O governo civil-ditatorial brasileiro colocou-se como grande defensor da moralidade conservadora reprimindo todos que afrontassem a “moral e os bons costumes”. As homossexualidades sempre estiveram sob grande vigilância e foram tratadas de forma negativa (ainda são) pela maioria dos sujeitos que a viam como algo errado, “anormal”. Nesse período, organizou-se um aparato repressor característico do governo autoritário direcionado as questões morais no intento de controlá-las, omití-las, expresso tanto aos veículos de imprensa quanto aos próprios sujeitos sociais agindo através de diferentes formas de controle (QUINALHA, 2017).

Fazendo isso estariam impedindo os homossexuais de subverterem o ideal da família tradicional brasileira, que como pontuado, tem força discursiva e no imaginário das pessoas, embora nunca tenha sido contemplado ou visível na dimensão em que é pronunciado/defendido. As diferentes constituições familiares jamais caberiam nessa utopia cultural apresentada como universal e de forma proselitista. Trata-se de um modelo que fez parte de algumas famílias e foi utilizado de forma impositiva para os demais sujeitos como se fosse o melhor. Devem-se atentar as relações de poder engendradas no seio desses mecanismos impositivos, como lembra Foucault (1988). Por meio desse discurso defendido no espaço público, escondiam-se as aventuras por debaixo dos panos, ou ainda, novas formações válidas para os que dela faziam uso, rejeitadas se fizessem parte da alteridade.

Contudo, o perigo era tornar isso público já que nesse espectro queriam se fazer ver como exemplares personalidades.

Nessa questão, os homossexuais encontravam-se num dilema: não eram aceitos por parte das pessoas, e não raro, nem pelos próprios familiares; o estigma recaía, inclusive, à família. Ao invés de proporcionar condições dignas de vivência para estes sujeitos, como lentamente o fizeram alguns países, o governo brasileiro reprimiu sempre que possível os dissidentes da heteronormatividade e as representações positivas destas sexualidades. Lembra-nos Cowan (2015) de que os homossexuais eram tratados como subversivos e positivar tal sexualidade e/ou sujeitos era vista como uma forma de incentivo. Dadas as conotações pejorativas associadas aos comunistas, ampliava-se a representação negativa.

Atenta-se, no entanto, que muitos grupos tanto burgueses quanto comunistas não queriam que os homossexuais integrassem seu grupo. O entendimento subversivo e alinhado aos comunistas partia do lado dos burgueses; para grande parte dos comunistas da época as homossexualidades tratavam-se de um “desvio pequeno-burguês” (QUINALHA, 2017, p. 243). Observa-se a relutância em ambos os grupos em aceitar os homossexuais e a tentativa desqualificadora acionada atribuindo ao outro tal associação.

Esse cenário brasileiro construído sobre uma moralidade burguesa cristã dominante direcionou os sujeitos a decodificarem aquela realidade embasada, sobretudo, por essa influência. A revista *Veja* em seu intento de informar divulgou informações e construiu e/ou reforçou representações sobre os homossexuais. Num período em que muitos jovens abandonavam os ideais de seus pais de casarem, constituírem família, contrariando a normatividade criada na sociedade, alguns homossexuais buscaram o contrário: queriam casar-se e sob as bênçãos de “Deus”. Uma idiosincrasia de um cristão nos Estados Unidos motivou-o a criar uma igreja que acolhesse esses sujeitos e também os cassasse. Exemplo das contradições no interior dos discursos religiosos. Analisa-se, então, como *Veja* reportou tais transformações e que representações foram divulgadas a um público influenciado pelos valores cristãos.

### **Casamentos abençoados: representações de conjugalidades homossexuais**

Em razão da abjeção expressa as homossexualidades – sujeitos, mas também as próprias vivências e práticas – solidificou-se hegemonicamente a ideia de conjugalidades heterossexuais. Como já destacado, houve exceções, porém eram pouco expressivas diante da

totalidade e aparato institucional legitimador de determinados comportamentos em detrimento de outros. Trata-se de questões culturais que variam em decorrência dos princípios que constroem a moralidade aceitável, reforçada e protegida.

Ao longo da história brasileira houve homossexuais que conviveram juntos mesmo quando era proibida tal relação. Diversas razões poderiam acarretar distintos tratamentos como a situação e/ou posição social dos envolvidos. Algumas brechas no interior desses sistemas regulatórios permitiram a alguns sujeitos vivenciarem sua sexualidade enquanto outros não tiveram a mesma possibilidade. No período republicano não houve regulamentação específica que punisse tais relações, mas o estigma sujeitou muitos a se relacionarem na clandestinidade sem tomar a cena pública.

Com a contracultura do final dos anos de 1960 o idealismo de uniões estáveis por parte dos heterossexuais tendeu a ser deixada de lado por parte dos jovens em busca de maiores liberdades. Afrontava-se, como já exposto, os costumes tradicionais na sociedade e a normatividade que impunha comportamentos, entendimentos e valores que deveriam ser seguidos. Esses ideais foram difundidos e possivelmente influenciaram segmentos citadinos em contato com tais proposições e afeitos as mudanças.

Um dos elementos que compõe a normatividade é o casamento, ritual especialmente estimulado por parte dos pais para com suas filhas. Episódio que marca a união de duas famílias e assegura determinada condição às mulheres, em especial, pois se solteiras teriam um tratamento distinto na compreensão cultural dominante. Casar-se é uma possibilidade de integração na sociedade reproduzindo um ideal de família presente nesse discurso. Decorrente desse entendimento, está o casamento religioso oriundo da bênção “divina” que legitima tal enlace; outra possibilidade é o casamento civil que reconhece e legaliza tal relação perante a lei; ambos poderiam ser realizados a critério dos nubentes, embora tenham sentidos e significados distintos. Muitos nesse período temporal contrariaram tais expectativas abandonando o desejo – seu ou imposto – de casar-se; outros, no entanto, buscaram o oposto, como os homossexuais.

A revista *Veja* em 1971 divulgou uma reportagem na seção “Religião” apresentando aos leitores informações sobre casamentos homossexuais que estavam sendo realizados nos Estados Unidos por religiosos. Esses acontecimentos ganharam destaque através do Reverendo Troy Perry, dissidente cristão que criou uma igreja cuja interpretação bíblica não via os homossexuais como pecadores, subversivos, mas como sujeitos criados por “Deus”

construindo uma estrutura teológica voltada especialmente a esses sujeitos. De acordo com Natividade (2010), a igreja teria sido criada em 1968, em Los Angeles; ou seja, antes de surgir o episódio de Stonewall (1969) que contribuiria para o surgimento do movimento politizado dos homossexuais, Perry já acolhia os homossexuais em sua igreja realizando atividades inclusivas. Se as mesmas chocavam segmentos conservadores cristãos por apresentar interpretações discordantes da tradicional, o fato de casar homossexuais possivelmente ampliava o cenário de conflitos. Três anos após a criação da igreja a revista *Veja* informava seu alcance.

As primeiras palavras trazidas na reportagem não fugiram das bases cristãs tradicionais de interpretação:

Os cristãos sempre acreditaram que nas moradas do céu prometidas por Cristo a seus seguidores, **os homossexuais não têm lugar** reservado. **Segundo a Bíblia, o homossexualismo é abominável.** Mas nos últimos anos, na onda de um movimento intenso de reivindicações, homossexuais americanos apresentaram uma exigência de ordem religiosa: o direito de serem também cidadãos do reino de Deus<sup>9</sup>.

Nota-se que o fragmento enfatiza questões gerais como o fato de dizer que os “cristãos sempre acreditaram”, universalizando o entendimento e não apontando possíveis idiossincrasias no interior dessa crença. Além disso, apresenta uma interpretação única dizendo: “Segundo a Bíblia, o homossexualismo é abominável”. Deve-se considerar, no entanto, a historicidade do livro, as ambiguidades que envolvem seus autores e a seleção de quais textos o integrariam. Em tom irônico, a reportagem pontua uma exigência semelhante aos cristãos heterossexuais: “o direito de serem [os homossexuais americanos] também cidadãos do reino de Deus”. Da forma como aparece enaltece o fato daqueles homossexuais vinculados a essas igrejas prospectarem sua possibilidade de ir para o Céu, Paraíso, lugar onde segundo a crença as pessoas que fizeram o bem irão ao morrer, ou no retorno de Jesus Cristo (há distintos entendimentos).

A respeito do líder religioso em questão, a publicação destacou: “pregador pentecostal que se declara abertamente homossexual, permaneceu convicto de que Deus o havia chamado para fundar uma igreja de homossexuais”. Sua Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) na época tinha outras filiais em outras cidades atuando nas atividades de evangelização. O grande diferencial dessa igreja destacado no semanário era os casamentos realizados. O ritual permanecia semelhante aos demais com leves modificações: “Troy já abençoou a união de dezenas de pessoas de pares homossexuais dos dois sexos, seguindo todo o rito de matrimônio, mas substituindo as palavras ‘marido’ e ‘mulher’ por ‘esposos’”.<sup>10</sup>

Nota-se a ênfase de que os casamentos eram realizados para homossexuais de ambos os sexos.

As transformações decorrentes de sua ação atraíram um amplo público oriundo de outras crenças religiosas que simpatizaram com sua evangelização. Ao não discriminar os homossexuais e possibilitar-lhes um olhar condizente a partir dessa forma do crer contribuía positivamente em sintonia com o emergente movimento homossexual norte-americano que buscava direitos civis, enquanto a igreja liderada por Perry atuava no aspecto religioso. Deve-se pontuar que para alguns homossexuais o apoio religioso era muito importante. Geralmente educados sob a égide cristã, não serem vistos como pecadores ou afrontadores dos princípios e mandamentos “divinos” tinha respaldo na própria aceitação de sua sexualidade.

A Igreja da Comunidade Metropolitana destinava-se, em especial, aos homossexuais. Além das atividades já mencionadas a reportagem informou aos leitores:

Na igreja-matriz, em Los Angeles, além das celebrações litúrgicas, os fiéis contam com assistência médica e jurídica. Segundo Troy, os homossexuais dificilmente conseguem êsses[sic] serviços em outros lugares sem passar por aborrecimentos. A igreja organizou também um programa de terapia de grupo dirigido por um psicólogo homossexual, grupos de “treinamento de sensibilidade” conduzidos por estudantes de teologia, e um serviço de prevenção ao suicídio. Há também um serviço de esclarecimento para as mães que descobrem nos seus filhos inclinações homossexuais, além de um clube onde adolescentes, cujos pais ou mães são homossexuais, recebem instrução religiosa e desenvolvem atividades sociais<sup>11</sup>.

Percebe-se a ampliação de atividades oferecidas direcionadas aos sujeitos e as suas famílias no âmbito emocional, da saúde e judicial, possibilitando situações que promovessem um entendimento acerca das homossexualidades e no relacionamento entre os integrantes das famílias. A atividade evangelizadora da igreja fica claramente direcionada a esses sujeitos.

O entendimento das reportagens se amplia a inúmeras possibilidades em decorrência do olhar subjetivo de cada leitor. Compreender as representações a partir das notícias também está imersa nesse universo. Representações são formas de abstração que nos remetem a um determinado saber por meio de sua associação. Chartier (1991, p. 183) entende as representações como coletivas e criadas no mundo social, sendo, ao mesmo tempo, construtoras desse mundo. As representações a respeito dos homossexuais devem ser analisadas em sua pluralidade, pois mesmo havendo uma representação dominante oriunda das bases que construíram e legitimaram a heteronormatividade, havia dissidências nesse interior costumeiramente apresentado como universal. Entendimentos distintos acarretavam construções de representações distintas.

Estereótipos sobre os homossexuais também incidiam em sua representação. Peter Fry e Edward MacRae na década de 1980 destacam a dualidade dos sujeitos homossexuais brasileiros que buscavam expressar um comportamento social que “revelava” seus *papéis sexuais*, sobretudo na década de 1960 e 1970. “Bicha” e “bofe” eram terminologias usadas em referência aos homossexuais masculinos, por exemplo, sendo que o primeiro se apresentava com gênero associado à feminilidade e, por conseguinte, suspeito de desempenhar um papel “passivo” na relação, enquanto o “bofe” manifestava um gênero entendido como masculino, ou seja, atribuindo-lhe o papel de “ativo” (FRY; MACRAE, 1985, p. 39-45). Compreensões que não correspondiam à totalidade das relações, haja vista a mobilidade das fronteiras e limites que não necessariamente precisavam ser fixos ou decodificados a partir do gênero manifesto.

Na década de 1970 em que a reportagem da revista *Veja* foi divulgada, outra denominação circulou em referência ao homossexual chamado de “entendido”. Esse era aquele sujeito que expressava (mesmo com oscilações) um comportamento alinhado culturalmente ao esperado para seu sexo. Os papéis sexuais desses “entendidos” não sinalizavam, de imediato, sua posição numa relação sexual de modo que confundia aqueles que se lançavam a esse intento, pois se tratava de sujeitos que prezavam por uma discrição de sua condição sexual, como aponta Edward MacRae citado por Green (2000). Identificava-se o “passivo” e “ativo” na relação associando a feminilidade e masculinidade dos sujeitos como complementares, a exemplo do binarismo homem/mulher. Quando essa visibilidade não era clara, confundia as tentativas que intentavam para tal. Contudo, mesmo as anteriores que aparentavam serem mais visíveis jamais se limitaram a essa dualidade.

Guimarães (2004) na década de 1970 realizou uma pesquisa sobre a homossexualidade masculina entrevistando sujeitos migrados de outras cidades e estabelecidos no Rio de Janeiro. Através das entrevistas realizadas a autora verificou que muitos rapazes não queriam tornar visível sua sexualidade ou buscavam omití-la, sempre que possível, para evitar constrangimentos e discriminações no trabalho, família. Percebeu o surgimento desse novo grupo de homossexuais que tentavam “alinhar-se” ao que se denomina de heteronormatividade sem abrir mão de sua homossexualidade – os “entendidos”.

Frente a um cenário ambíguo de transformações e repressões no Brasil que andavam simultâneas, a recepção da representação divulgada na revista *Veja* foi decodificada de distintas maneiras; leitores favoráveis, contrários ou mesmo homossexuais realizaram leituras

singulares. Nos Estados Unidos onde essas igrejas desenvolveram-se os homossexuais eram chamados de gays, termo que se difundiu e internacionalmente passou a reconhecer tais sujeitos por essa nomeação. No Brasil, tal terminologia ganhou adeptos e foi utilizada posteriormente na organização de grupos homossexuais como o Grupo Gay da Bahia (GGB). O termo com o tempo passou a ser direcionado especialmente aos homossexuais masculinos, surgindo outras denominações para outras categorias de sujeitos inseridos no grupo das homossexualidades.

Igualmente dissertando sobre representações, mas aproximando-as especialmente da imprensa, Sandra Jovchelovitch destaca dois tipos de representação que estão imbricadas: as “representações sociais na esfera pública” e “representações sociais da esfera pública”. Para a autora, representações na esfera pública são aquelas criadas e/ou reapropriadas pelos sujeitos nas inter-relações entre si; já as representações da esfera pública são aquelas construídas e/ou reportadas pela imprensa e direcionadas a esfera pública propiciando o contato com as representações vigentes, aproximando leitores dessas representações ou criando outras e influenciando aquelas. De forma mais específica, as representações da esfera pública se sobressaem, pois “informam e formam a esfera pública” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 86). Observa-se a partir desse entendimento o papel dos veículos de imprensa, em especial da revista *Veja*, – fonte e objeto desta pesquisa – no que diz respeito às reportagens publicadas e as representações difundidas ao público leitor. Aproximavam-se os leitores de um mesmo conteúdo e as notícias sobre as transformações que envolviam os homossexuais nos Estados Unidos colidiam-se com as *representações coletivas* – empregando o conceito de Chartier – no Brasil.

Nesse cenário, a recepção da edição da revista número 158 do mesmo ano, 1971, possivelmente ampliou as contradições em torno dos casamentos. A discussão foi apresentada na seção “Comportamento” e trouxe, de imediato, imagens de um casamento entre Henry S. e James S. As ilustrações ocuparam metade do espaço da lauda e apresentaram diferentes situações do casal envolvido: um deles entrando na igreja acompanhado de uma mulher (não há informação do tipo de relação, se familiar, amiga); a fotografia com as madrinhas; o convite de casamento escrito à mão; o casal de joelhos em frente ao altar; e uma última imagem do casal abraçado. Abaixo de cada ilustração havia uma pequena descrição. Na imagem em que estavam juntos a legenda era: “Amigos sagrados”; também utilizada pelo pastor para substituir a tradicional expressão “marido e mulher”<sup>12</sup>.

Ao deparar-se com um casamento de dois homossexuais masculinos e abençoados por um representante eclesiástico com imagens acompanhando a reportagem ampliava a visibilidade dada à questão. O título da matéria era: “Os alegres revoltosos”. Na construção da argumentação a reportagem publicizou argumentos favoráveis e posições contrárias. Fez referência, também, à dificuldade de grande parte dos familiares de aceitar integrantes que apresentassem essa sexualidade. Casá-los, por conseguinte, demandava de um apoio maior por parte desses integrantes, ou partir unicamente dos sujeitos desejosos de casar e amigos que apoiassem.

No entanto, chama a atenção o fato de buscarem contrair o matrimônio religioso. Tal enlace socialmente assinala a construção de uma família integrada, sobretudo, a moralidade vigente. O estatuto conquistado após esse ritual acarreta tratamentos diferenciados entre solteiros e casados. Da mesma forma, esperam-se atitudes e comportamentos distintos para com os casados. O que prospectavam os homossexuais que casavam? Queriam as bênçãos “divinas” para sua união? Somente a conjugalidade não bastava? Que sentidos tais ações poderiam suscitar? Questões pessoais de cada casal as quais não se pode afirmar, mas propor algumas hipóteses que possivelmente estavam vinculadas.

Primeiramente, o estereótipo depreciativo para com os homossexuais deve-se, em parte, a representação promíscua de sua sexualidade, instabilidade nos relacionamentos, diversidade de parceiros. Desconstruir essa representação demanda uma relação estável possível por meio da conjugalidade entre os envolvidos. Construir uma vida a dois, semelhante a dos heterossexuais, ou dito de outra maneira, adequar-se à normatividade, poderia minimizar os estigmas direcionados a esses sujeitos e demais que compartilhavam da mesma condição.

Além dessa possibilidade, os direitos civis nos Estados Unidos impossibilitavam tal união aos homossexuais. Uma forma de assegurá-la era através das crenças religiosas que se mantinham reticentes à questão, salvo as idiosincrasias, como a que originou a Igreja da Comunidade Metropolitana. Esta demonstrou ser uma possibilidade de buscar outro *status* de relação ancorada por um rito religioso, mesmo não obtendo respaldo legal. As demais atividades oferecidas na igreja sinalizavam no mesmo sentido, ou seja, possibilitar formas de vivências capazes de proporcionar uma melhora na vida desses sujeitos e afastar dos próprios homossexuais o entendimento de sua sexualidade como algo errado. Construía-se e/ou

reforçava-se uma imagem positiva tanto quanto os demais heterossexuais e, na teologia dessa igreja, compreendiam terem sido igualmente criados por “Deus”.

Tais questões alinhavam-se, também, a militância política dos homossexuais que passaram a reivindicar direitos civis igualitários, contrários a discriminação. Em meio aquele cenário a atividade religiosa corroborava com um reforço às representações positivas que ganhava maior visibilidade. Tais desdobramentos tiveram repercussão em outros países como no Brasil.

Nota-se que a união contratual abençoada por “Deus”, além da normatividade discutida, não exclui o desejo dos nubentes de terem esse apoio espiritual e religioso que voltava um olhar receptivo e acolhedor para com as homossexualidades expresso pela ICM. Nas outras crenças religiosas cristãs tais sujeitos não encontravam esse apoio de semelhante dimensão, ou tratados pela doutrina teológica como detentores dos mesmos direitos e benefícios que os heterossexuais. Possivelmente havia dissidências, mas as representações dominantes continuavam a tratá-los como “anormais”.

### **Interfaces com o fantasma da censura**

É preciso mencionar, ainda, a censura a que a revista *Veja* estava sujeita. No início da década de 1970 a mesma continuou sendo aplicada de forma intensiva sobre a imprensa. Diferente de períodos anteriores organizou-se um aparato repressor às sexualidades dissidentes da moralidade preconizada, como salientou Quinalha (2017). Os homossexuais não faziam parte da “moral e os bons costumes” do discurso dominante sendo, portanto, rejeitados.

Fico (2002) assinala dois tipos de censura nesse período: uma de caráter político e outra voltada às questões morais. Ambas as reportagens nessas categorias podiam ser cortadas caso os censores evidenciassem ou julgassem uma ameaça. No entanto, a própria singularidade do olhar de cada censor abria espaço para manobras tanto por parte dos redatores e editores quanto nos cortes realizados. Margens que precisam ser consideradas e devem ser atentadas na análise. As formas de exercer esse controle e censura variou, mas utilizaram bilhetinhos, telefonemas, censura prévia, autocensura (MARCONI, 1980; ALMEIDA, 2009; AQUINO, 1999; SMITH, 2000).

Anne-Marie Smith sinaliza a atuação da censura no controle das publicações:

Representações e reflexões são, em si mesmas, áreas de contestação, na medida em que diferentes atores buscam controlar e manipular suas próprias imagens e a percepção dos outros. O regime militar empunhou considerável poder a esse respeito. Podia não só exercer a censura mas também ocultá-la do público (SMITH, 2000, p. 169).

As reportagens analisadas foram gestadas e divulgadas simultaneamente a ação do aparato censor. No entanto, o tema das homossexualidades foi reportado aos leitores, mesmo tratando-se de outro país. Se o objetivo da revista era “informar” como mencionou Victor Civita na primeira edição, essas edições trouxeram à discussão um tema nada convencional para o período. Não se sabe a relação destas publicações com a censura, se houve cortes ou não, mas o fato de integrarem parte da edição e serem vendidas significa que tiveram autorização para tal, especialmente do grupo que respondia em nome da *Veja*, haja vista serem publicações inseridas em seções da revista e de dimensão impactante para os leitores. Além disso, as edições não foram apreendidas, do contrário não se teria acesso às mesmas. Tais publicações sinalizam hiatos ou margens de interpretação deixada pelos censores, possivelmente engajadas pelo fato de tratar de acontecimentos nos Estados Unidos.

### **Considerações finais**

Para entender as reportagens divulgadas na revista *Veja* é necessário considerar a moralidade histórica influenciada pelo cristianismo no Ocidente, em especial no Brasil, pois está atrelada as leituras e interpretações por parte dos leitores. Se as homossexualidades tenderam historicamente a ser rejeitadas em detrimento de vivências heterossexuais, a conjuntura da década de 1960 e 1970 trouxe transformações que entraram em conflitos com os costumes tradicionais da sociedade. A visibilidade que os homossexuais ganham a partir desse momento histórico é ampliada para além dos locais em que houve as mobilizações. Suas repercussões na mídia impressa aproximavam os leitores de informações, mas também de representações, muitos dos quais não tinham contato senão por esta forma de mediação.

Em alguns países como o Brasil tais notícias colidiam-se com tratamentos repressores aos sujeitos incluídos no grupo das homossexualidades, além de suas menções na imprensa serem vigiadas pelos censores. Green (2014, p. 79) assinala que o movimento homossexual brasileiro não se desenvolveu no mesmo período que o norte-americano em razão dos entraves colocados pelo governo civil-militar. Nesse sentido, somente representações sobre o movimento (na imprensa quando havia, dado o aparato censor) aproximavam os sujeitos do universo de transformações que estavam em curso.

Num contexto de repressão aos dissidentes da moralidade conservadora, entrar em contato com informações de casamentos homossexuais e igrejas cristãs voltadas a esse mesmo público certamente inseria-se num cenário de conflitos. Atenta-se que na época os Estados Unidos desfrutava de considerável prestígio como liderança mundial (mesmo havendo contradições) num contexto de bipolaridade, sendo grande influenciador no governo brasileiro, em especial, com a Doutrina de Segurança Nacional direcionada ao controle dos “inimigos” comunistas. No Brasil não havia perspectiva ou possibilidade de desenvolverem-se situações semelhantes, o que justificaria a publicação conivente com a homossexualidade, pois se tratava de algo distante, portanto exterior ao contexto brasileiro.

Essas representações positivadas para com as homossexualidades no período em que foram divulgadas fazem parte de reportagens específicas. Isso não significa que todas as publicações explícitas ou implícitas a respeito dos homossexuais trazidas na revista *Veja* tenham a mesma representatividade. Cada reportagem vinculava-se a situações específicas que precisam ser analisadas<sup>13</sup>. É preciso mencionar o fato de que as fontes utilizadas não foram assinadas nas reportagens analisadas nesse artigo, não vinculando o nome de nenhum repórter as mensagens divulgadas. Logo, a responsabilidade sobre tais conteúdos era direcionada aos que respondiam em nome da revista.

A articulação entre componentes textuais e imagéticos ampliava a possibilidade de entendimento das representações. Para além da narrativa, visualizar homossexuais casando-se na igreja mantendo o mesmo rito religioso cristão com leves alterações era expressivo das transformações e tratamentos distintos, e sinalizava um possível reparo histórico para aqueles a que muitos grupos e sociedades estigmatizaram e invisibilizaram do cenário público.

Sem dúvida, a ampliação de uma conjugalidade para o rito do casamento religioso – possível na época nessas igrejas – pontuava certa conformidade com a heteronormatividade por meio de sua adaptação numa relação homossexual. Dito de outra forma, construía-se uma relação conjugal similar a dos heterossexuais. É preciso destacar que alguns grupos homossexuais defenderam um padrão de ser homossexual, possivelmente expressivo de um alinhamento que teria maior aceitação se não potencializasse as discrepâncias nas convencionais normas de gênero. Crítica que Foucault já apresentara em decorrência de certa “exigência” para tornar pública a identidade dos homossexuais, conforme destaca Albuquerque júnior (2014), possível de ser compreendida, também, pela expressão “sair do armário”. Nota-se que tal esforço insere-se em momentos em que a união em torno de grupos

identitários torna-se necessária para a militância na reivindicação de direitos civis, logo empoderar-se e demonstrar tal vinculação era estimulada.

A criação de igrejas semelhantes à Igreja da Comunidade Metropolitana não se limitou aos Estados Unidos, posteriormente outras foram criadas. Segundo Marcelo Natividade citado por Oliveira (2017), entre a década de 1990 e 2000 surgiram igrejas inclusivas no Brasil e em outros países. Nota-se que tais mudanças históricas propiciaram as comunidades religiosas reverem certos postulados e algumas igrejas ampliaram sua teologia para além dos sujeitos heterossexuais, integrando grupos identitários que não eram pertencentes a esta categoria. Da mesma forma, abrir a possibilidade para os homossexuais permanecerem cristãos, mesmo na sua condição, de modo acolhedor e não discriminatório. Atenta-se que outras igrejas os acolhiam, mas não plenamente, pois sua sexualidade e prática sexual continuavam a ser rejeitadas no discurso dominante.

Em suma, buscou-se apresentar nesse artigo idiosincrasias cristãs que afrontaram o discurso dominante dessa crença e posicionaram-se de modo favorável as homossexualidades. Num momento em que muitos abriram mão do objetivo de casar-se embalados pelos ventos da contracultura, alguns homossexuais buscaram exatamente o oposto: casar-se e adentrar simbolicamente no universo de normatividade social. A revista *Veja* reportou representações a seus leitores sobre tais transformações aproximando-os de tais acontecimentos. Destaca-se que em meio à censura algumas reportagens positivas sobre os homossexuais foram divulgadas por esse veículo de imprensa, mais do que sinalizar uma convivência por parte dos censores, pensa-se estar vinculadas a margens interpretativas e singularidades desse trabalho.

As fontes analisadas não demonstram o posicionamento efetivo das representações por parte do periódico ao longo do período civil-militar, mas específicas, criadas e divulgadas em torno de determinadas notícias num cenário de grandes transformações mundiais e nacionais. Por isso, História e imprensa aparecem como potenciais campos de investigação para a compreensão histórica, em especial, a partir das distintas representações, pois afirma Chartier (2011, p. 23): “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O descarado, a cara-metade, o rosto: Michel Foucault e a análise de discurso do movimento homossexual. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n. 1, p. 1 - 20, 2014.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

\_\_\_\_\_. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dionei Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 207-232.

CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. Homo eroticus: Considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, set. 2016.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 27-52.

FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, jul. - dez. 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GREEN, James N. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 53-82, jan./jul. 2014.

\_\_\_\_\_; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global editora, 1980.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP, 2017.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 40-59, mar./maio 2001a.

\_\_\_\_\_. Os filhos da dissidência: o pecado de sodomia e sua nefanda matéria. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 189-204, jul. 2001b.

\_\_\_\_\_. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010.

\_\_\_\_\_. Homofobia: uma praga cristã. *Revista e-hum*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 66-73, ago./dez. 2016.

NAPHY, William. *Born to be gay*: História da homossexualidade. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2010, p. 90-121.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Silva de. “*O senhor é meu pastor e ele sabe que eu sou gay*”: etnografando duas igrejas inclusivas na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro; Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris*: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Tradução de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

STEARNS, Peter N. *História da sexualidade*. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Record, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

## Fontes

A ALEGRE Fraternidade. *Veja*, São Paulo, n. 136, 14 maio 1971, p. 49. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS. Exemplar digitalizado e de posse do autor.

OS ALEGRES revoltosos. *Veja*, São Paulo, n. 158, set. 1971, p. 61-62. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS. Exemplar digitalizado e de posse do autor.

---

<sup>1</sup> “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

<sup>2</sup> Conforme James Green e Renan Quinalha, na ditadura civil-militar o termo incorporava os diferentes sujeitos incluídos no grupo das homossexualidades. Cf. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 11.

<sup>3</sup> Gênero é entendido como a expressão de comportamentos, trejeitos, modos de ser dos sujeitos sociais que são performativos, e não dados biologicamente (BUTLER, 2017). Igualmente, são percepções sobre um corpo sexuado que acarreta distintas relações de poder (SCOTT, 1995).

<sup>4</sup> Para uma análise das relações homossexuais nos diferentes grupos e sociedades no Ocidente e Oriente ver a *História da Sexualidade* escrita por Peter Stearns (2010); e *Born to be gay: história da homossexualidade*, de Willian Naphy (2006).

<sup>5</sup> “A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2017, p. 48).

<sup>6</sup> Sobre isso ver FRY; MACRAE, 1985, p. 60-79.

<sup>7</sup> A Revolta de Stonewall (1969) foi o nome dado ao episódio em que homossexuais reunidos no bar *Stonewall In*, no bairro de Greenwich Village, em Nova York, enfrentaram os policiais durante uma operação no local. Outras haviam sido realizadas, mas na madrugada do dia 28 de junho decidem enfrentá-los cujas razões eram ampliadas em decorrência do estigma aos homossexuais, frequentadores do local. Esse acontecimento posteriormente foi tomado como marco do movimento homossexual mundial.

<sup>8</sup> CIVITA, Victor. Carta do editor. *Veja*, São Paulo, n. 1, 11 set. 1968, p. 21. Acervo *Veja*. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>.

<sup>9</sup> A ALEGRE Fraternidade. *Veja*, São Paulo, n. 136, 14 maio 1971, p. 49 – grifo meu.

<sup>10</sup> A ALEGRE Fraternidade. *Veja*, São Paulo, n. 136, 14 maio 1971, p. 49 – grifo do autor.

<sup>11</sup> A ALEGRE Fraternidade. *Veja*, São Paulo, n. 136, 14 maio 1971, p. 49 – grifo do autor.

<sup>12</sup> OS ALEGRES revoltosos. *Veja*, São Paulo, n. 158, set. 1971, p. 61.

<sup>13</sup> Uma pesquisa ampla está sendo desenvolvida em que se analisa de forma mais aprofundada a diversidade de reportagens e representações sobre os homossexuais na revista *Veja*.